

INTEROP INFORMÁTICA LTDA

CNPJ NUM. 86.703.337/0001-80

**INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO Nº 020
E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

PAULO RENATO DA SILVA ALMEIDA, brasileiro, divorciado, analista de suporte, residente e domiciliado em Porto Alegre, (RS), na rua Martim Afonso, num. 115, casa. 25, Cep: 90.660-210, portador da carteira de identidade num. 8029278812 SSPRS e CPF num. 785.765.557-00;

SÓCRATES SLONGO, brasileiro, casado, analista de sistemas, residente e domiciliado em Porto Alegre, (RS), na rua Jaragua, num. 606, apart. 301, Cep: 90.450-160, portador da carteira de identidade num. 5036293016 SSPRS e CPF num. 512.537.040-15;

Na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade que gira sob o nome empresarial de **INTEROP INFORMÁTICA LTDA.**, com sede em Porto Alegre, (RS) na rua General João Manuel, num. 50, conj. 501, bairro Centro, devidamente cadastrada no CNPJ sob num. 86.703.337/0001-80, com contrato social constitutivo arquivado na M.M. JUNTA COMERCIAL DO RS, sob num. 43 202756748 de 10 de Fevereiro de 1994 e posteriores alterações e consolidação sob num. 3460113 de 10/05/2011, resolvem de comum acordo alterar na melhor forma de direito, o presente instrumento e o fazem sob as cláusulas e condições seguintes, a saber:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO CAPITAL SOCIAL

Neste ato, é aumentado o capital social atual de R\$ 246.181,82(duzentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos), para R\$ 546.000,00 (quinhentos e quarenta e seis mil reais) totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 546.000 quotas de capital social, no valor de R\$ 0,01 (hum centavo) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

PAULO RENATO DA SILVA ALMEIDA – 26.190.908 quotas de capital social no valor de R\$ 0,01 (hum centavo) cada uma, no valor de R\$ 261.909,08 (duzentos e sessenta e um mil, novecentos e nove reais e oito centavos);

1.109.042 quotas de capital social no valor de R\$ 0,01 (hum centavo) cada uma, no valor de R\$ 11.090,42 (onze mil e noventa reais e quarenta e dois centavos), cedidas pelas quotas em tesouraria.

SÓCRATES SLONGO – 26.191.008 quotas de capital social no valor de R\$ 0,01 (hum centavo) cada uma, no valor de R\$ 261.910,08 (duzentos e sessenta e um mil, novecentos e dez reais e oito centavos);

1.109.042 quotas de capital social no valor de R\$ 0,01 (hum centavo) cada uma, no valor de R\$ 11.090,42 (onze mil e noventa reais e quarenta e dois centavos), cedidas pelas quotas em tesouraria.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

As deliberações serão tomadas em assembléia de sócios quotistas, observando-se as prescrições legais sobre a forma de convocação e instalação, sendo necessário o voto favorável de sócios que representem no mínimo $\frac{3}{4}$ do capital social para a aprovação das matérias previstas nas letras "e" e "f", e de mais de 50% do capital social para as demais matérias previstas do artigo 15, onde deverá haver a aprovação inclusive de mais um sócio quotista. Para as demais matérias não previstas no artigo 15, será necessário o voto favorável de no mínimo metade do capital social, ressalvado caso de quorum superior previsto em lei.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONSOLIDAÇÃO

QUE, tendo em vista a modificação ora ajustada, consolida-se o Contrato Social, e reger-se-á conforme as disposições do Código Civil, Lei nº 10.406/2002, de acordo com as seguintes cláusulas e com a seguinte redação:

CAPITULO 01

I

A sociedade opera sob o nome empresarial **INTEROP INFORMÁTICA LTDA.**

II

A sociedade tem a sua sede na rua General João Manoel, nº 50, conj. 501, Centro, Porto Alegre, RS, CEP 90.010-030.

PARAGRAFO ÚNICO – A sociedade pode, por deliberação da diretoria executiva, abrir, transferir ou encerrar filiais, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, podendo fixar, para os fins legais, o capital destacado para cada uma delas e as atividades respectivas.

III

A sociedade tem por prazo de duração indeterminado.

CAPITULO 02

IV

A sociedade tem por objeto social:

- a) Prestação de serviços de consultoria, treinamento, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de sistemas e tecnologia de informática e quaisquer outros serviços correlatos;
- b) Comércio, importação e exportação de softwares e equipamentos para informática, redes de dados e telecomunicações, suas peças e acessórios afins;
- c) Serviços gerais de manutenção de softwares;

d) Serviços de suporte e operação de redes de teleprocessamento e redes de comunicação em geral.

CAPITULO 03

V

O capital social é de R\$ 546.000,00 (quinhentos e quarenta e seis mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 546.000 quotas de capital social, no valor de R\$ 0,01 (hum centavo) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

PAULO RENATO DA SILVA ALMEIDA – 27.299.950 quotas de capital social no valor de R\$ 0,01 (hum centavo) cada uma, no valor de R\$ 272.999,50 (duzentos e setenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e cinqüenta centavos).

SÓCRATES SLONGO – 27.300.050 quotas de capital social no valor de R\$ 0,01 (hum centavo) cada uma, no valor de R\$ 273.000,50 (duzentos e setenta e três mil, e cinqüenta centavos);

PARAGRAFO PRIMEIRO – Nos termos do art. 1052 do Código Civil, Lei nº 10.406/2002, a responsabilidade cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

PARAGRAFO SEGUNDO – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada quota confere o direito a um voto nas deliberações dos quotistas.

VI

A sociedade adquirirá quotas liberadas para mantê-las em tesouraria, sem ofensa do capital social, nas condições e para os fins estabelecidos no Acordo de Quotistas em vigor na sociedade.

PARAGRAFO ÚNICO - As quotas em tesouraria não terão direito a voto e nem participação nos lucros ou dividendos.

VII

O sócio que desejar alienar suas quotas deverá primeiramente oferecê-la à sociedade e aos demais sócios, através de notificação endereçada à sociedade, com sessenta dias de antecedência, onde deverá constar a sua intenção bem como as condições em que pretende a alienação de quotas,

PARAGRAFO PRIMEIRO – Dentro do prazo estabelecido no caput, deverá a sociedade, e os demais sócios, manifestar seu interesse no exercício do direito de preferência. Caso a sociedade opte pela compra, o pagamento será feito em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente por índice oficial vigente à época do evento, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias da data da alienação e as demais restantes em igual dia dos meses subseqüentes.

PARAGRAFO SEGUNDO – Caso a sociedade e os demais sócios não exerçam o direito de preferência, poderá o sócio retirante oferecê-la a terceiros, desde que sejam pessoas de comprovada idoneidade. O adquirente das quotas subroga-se nos direitos do alienante, mas a sua admissão na sociedade fica condicionada à observância da cláusula a seguir, deste contrato.

CAPITULO 04

VIII

Sem prejuízo dos direitos de participar dos lucros sociais na forma estabelecida neste contrato, de participar do acervo da empresa em caso de liquidação e de zelar e fiscalizar a gestão dos negócios sociais, bem como dos deveres previstos em lei e neste contrato, os sócios quotista firmarão, e manterão em vigor, um Acordo de Quotistas que terá por fim estabelecer a forma de participação na estrutura societária e o modelo de gestão empresarial.

IX

Os sócios se obrigam a zelar pela observância dos termos do Acordo de quotistas que deverá estabelecer a forma de participação na estrutura societária e o modelo de gestão, respeitadas a disposições deste contrato social.

X

O ingresso na sociedade é condicionado à adesão ao acordo de quotistas em vigor na sociedade, devendo o instrumento de adesão ser firmado conjuntamente com a alteração contratual para ingresso de novo sócio.

CAPITULO 05

XI

A sociedade será administrada por um conselho consultivo, órgão colegiado com função deliberativa, consultiva e orientadora, e uma diretoria executiva, cabendo aos diretores a representação da sociedade, na forma da lei

XII

O conselho consultivo é composto pela reunião de todos os sócios seniores, considerados seus membros natos, com o mínimo de três membros e o máximo igual ao número de sócios seniores. Caberá ao acordo de quotistas fixar as condições e os requisitos para que um sócio seja considerado sócio sênior.

PARAGRAFO ÚNICO - Sempre que o número de membros natos for inferior a 3 (três), serão eleitos, pela maioria absoluta do capital social, tantos conselheiros quantos bastem para a composição do número mínimo do colegiado, dentre sócios ou não sócios de reconhecida competência e reputação profissional. Os conselheiros eleitos na forma deste artigo exercerão seu mandato até que o número de sócios seniores seja suficiente para compor o número mínimo do colegiado.

Compete ao conselho consultivo:

- (a) Definir a orientação geral para a condução dos negócios da sociedade;
- (b) Fixar as diretrizes e objetivos institucionais da empresa, atendendo os seguintes princípios: incentivar o desenvolvimento da capacitação e habilidades dos colaboradores; manter talentos individuais; cumprir metas de lucratividade, e manter um modelo participativo de decisões, resultados e responsabilidades;
- (c) Fixar as atribuições dos diretores, fiscalizar a gestão dos mesmos, examinar e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e, quaisquer outros atos;
- (d) Aprovar e submeter à apreciação da assembléia de quotistas, os relatórios administrativos e as demonstrações e financeiras da empresa;
- (e) Aprovar orçamentos e projetos de produtos e serviços da empresa;
- (f) Autorizar os diretores a alienar bens do ativo permanente, a constituir ônus reais e a prestar garantias a obrigações de terceiros;
- (g) Aprovar as normas e quesitos do ranking de qualificação dos sócios e funcionários, bem como aprovar os novos sócios seniores, nos termos a serem definidos no acordo de quotista previsto neste instrumento;
- (h) Escolher e destituir auditores independentes, quando se fizer necessário.

PARAFRAFO ÚNICO – Os seguintes atos dependerão, para sua implementação, da prévia aprovação de dois terços dos membros do Conselho Consultivo:

- (a) formação de joint-venture, sob qualquer forma associativa, participação em outras sociedades, ou admissão de sócios pessoas jurídicas;
- (b) apresentar aos quotistas proposta de mudança, alteração ou ampliação dos objetos sociais ou atividades comerciais da sociedade;
- (c) manifestar-se sobre propostas de aquisição de outra sociedade, contrato de aquisição de ativos, assunção de passivos, formalização de fusões, cisões e incorporações de outras sociedades;
- (d) elaborar a política de distribuição de dividendos e prêmios, e a execução destas políticas;
- (e) elaborar, anualmente, a previsão financeira, a definição de limites de endividamento, orçamento de capital e revisão e execução de aumento, diminuição ou alteração da estrutura do capital social;
- (f) autorizar a concessão ou formalização de contratos envolvendo assistência técnica ou licenciamento de marcas e patentes;
- (g) fixar os limites dos valores de contratos dispensados de autorização prévia, bem como autorizar previamente a contratação em valores superiores aos limites previamente estabelecidos;
- (h) contratação ou demissão de funcionários ou colaboradores ocupantes de cargos ou funções diretamente ligados à diretoria Executiva ou ao próprio conselho de administração superior;

- (i) apreciar e decidir sobre o ingresso de colaboradores, com mais de um ano de empresa, indicados para admissão na sociedade como sócios plenos, nos termos a serem definidos no acordo de quotistas.

XIV

QUE, a sociedade será administrada pelos sócios PAULO RENATO DA SILVA ALMEIDA e SÓCRATES SLONGO, sendo que os mesmos poderão representar a sociedade **ISOLADAMENTE**, perante os órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, suas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações, especialmente para fins de licitações, em qualquer de suas fases e modalidade e também perante as empresas particulares.

QUE, os sócios ficam investidos dos poderes para, SEMPRE em CONJUNTO, representar a sociedade junto as instituições financeiras, públicas ou privadas, para a prática de todos os negócios bancários necessários ao desenvolvimento das atividades sociais, especialmente a emissão e o endosso de cheques.

XV

Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias previstas em lei ou neste contrato:

- a) a aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores;
- c) a destituição dos administradores;
- d) o modo de remuneração dos administradores;
- e) as modificações do contrato social;
- f) a incorporação, fusão, cisão, transformação de tipo jurídico, dissolução ou cessação do estado de liquidação da sociedade;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento da suas contas;
- h) o pedido de concordata;
- i) a exclusão de sócio por justa causa, considerando-se como tal qualquer ato de inegável gravidade que ponha em risco a continuidade da empresa ou que implique em quebra de confiança entre os sócios;

XVI

As deliberações serão tomadas em assembléia de sócios quotistas, observando-se as prescrições legais sobre a forma de convocação e instalação, sendo necessário o voto favorável de sócios que representem no mínimo $\frac{3}{4}$ do capital social para a aprovação das matérias previstas nas letras "e" e "f", e de mais de 50% do capital social para as demais matérias previstas do artigo 15, onde deverá haver a aprovação inclusive de mais um sócio quotista. Para as demais matérias não previstas no artigo 15, será necessário

o voto favorável de no mínimo metade do capital social, ressalvado caso de quórum superior previsto em lei.

XVII

O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, procedendo-se ao levantamento das demonstrações financeiras, compreendendo o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico. Os prejuízos poderão permanecer em conta específica, pendente para compensação futura. Os lucros serão distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

a) o mínimo de 20% do lucro líquido do exercício será distribuído entre todos os sócios proporcionalmente à participação de cada um no capital social;

b) o valor de 80% será distribuído entre os sócios de acordo com o desempenho de cada um nas atividades da empresa, conforme pontuação definida no acordo de quotistas.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Antes da distribuição de lucros entre os sócios, e por deliberação de sócios que representem no mínimo 2/3 do capital social, poderá ser retida parte do lucro líquido do exercício para a constituição de reservas ou fundos destinados a manutenção do capital de giro, provisões e amortizações, resgates ou aquisição de quotas para manutenção em tesouraria, sem prejuízos de outras reservas prevista na legislação vigente.

PARAGRAFO SEGUNDO – Poderá a sociedade elaborar balanços intermediários para a determinação do resultado do período, e em caso de resultado positivo, poderão ser creditados e pagos aos sócios lucros antecipados, desde que compatíveis com a situação financeira da sociedade.

XVIII

A morte, falência, interdição ou exclusão de qualquer sócio, não acarretará a dissolução da sociedade que continuará com os sócios remanescentes e os herdeiros do sócio falecido, subrogando-se estes nas quotas de capital após haver transitado em julgado a sentença que julgar a partilha ou falência. Entretanto, caso não convier aos mesmos, ou em outros casos previstos em lei, terão suas quotas pagas nas idênticas condições previstas no parágrafo primeiro do clausula VII deste contrato social..

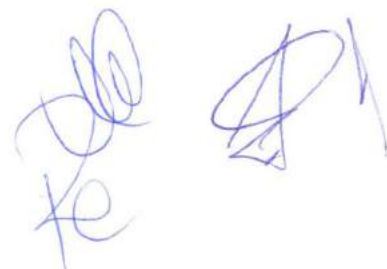
XIX

As dúvidas ou divergências suscitadas entre os sócios, na aplicação do presente contrato social, serão solucionadas na justiça competente e no foro da Comarca de Porto Alegre, RS.

XX

QUE, ficam investidos nos cargos de Diretores os sócios PAULO RENATO DA SILVA ALMEIDA e SÓCRATES SLONGO.

Os administradores eleitos neste instrumento declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro



nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto os efeitos da condenação, conforme art. 1011 do § 1º, do Código Civil (Lei 10.406/2002).

E, por estarem assim justos e contratados de pleno acordo, assinam o presente instrumento de alteração e consolidação de contrato social, eletronicamente redigido em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também assinam.

As demais cláusulas e condições existentes no contrato social primitivo e alterações posteriores são revogadas e passam a reger-se nos termos dos arts. 1052 e seguintes do Código Civil (Lei 10.406/2002).

Porto Alegre, 10 de janeiro de 2012.

PAULO RENATO DA SILVA ALMEIDA

MARISA ELI MRAS
CO/CRCRS 45.800/0-0

SÓCRATES SLONGO

TESTEMUNHAS:

REGINA CEMIM
CO/CRCRS 46.434/0-1

